
LIVRO DIDÁTICO E ENSINO HISTÓRIA: UM ESTUDO DE EIXOS TEMÁTICOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II.

Isabella Santana Oliveira¹

Resumo: Esta pesquisa visa à análise dos eixos temáticos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de História, no quarto ciclo do Ensino Fundamental público da rede estadual da cidade de Itabuna. A pesquisa está sendo realizada com professores de 7ª e 8ª séries de cinco unidades escolares previamente selecionadas e estamos propondo uma discussão acerca da compreensão e aplicação dada aos conteúdos e currículos apresentados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. Além disso, este estudo analisa os conteúdos dos livros didáticos adotados pelas escolas participantes da pesquisa, pois pretende visualizar até que ponto as sugestões dos Parâmetros estão inseridas nestes materiais didáticos e de que forma estão sendo utilizados em sala de aula.

Palavras-chave: Ensino de História. Parâmetros Curriculares Nacionais. Livro Didático.

UMA DISCUSSÃO ACERCA DO LIVRO DIDÁTICO E DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II.

O ensino de História nas escolas públicas brasileiras sempre foi foco de discussões tanto por conta de suas práticas metodológicas e aperfeiçoamento de materiais didáticos quanto pela necessidade de aprimoramento dos profissionais da área e de seus currículos – estando aí inseridos diretamente os conteúdos que são aplicados em sala de aula.

Nesta relação professor/conteúdo/educando o que mais importa não é o conteúdo em si, mas a forma como estes são transmitidos, seja através do uso de um livro didático ou de outros meios mais acessíveis à realidade escolar do profissional e do educando.

Neste sentido podemos perceber que a maioria dos professores de escolas públicas, por conta de variadas situações (falta de tempo, excesso de trabalho, formação inadequada, etc.), fixa seu conteúdo a partir do que está inserido no livro didático de História, muitas vezes

¹ Graduação em andamento no curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz/BA. bellasantanaoliveira@hotmail.com

ignorando a realidade na qual o seu aluno está inserido. Esta situação deixa de lado a percepção de que “todo conteúdo é construção” (CABRINI, 2000, pg.63) e por conta disso a disciplina é relegada, pelos estudantes, e apontada apenas como o estudo do passado, sem que eles se percebam agentes históricos.

Assim sendo, percebendo o livro didático como um instrumento presente no cotidiano do processo de ensino-aprendizagem – principalmente no Ensino Fundamental – se faz necessário discutir o quanto este livro pode estar influenciando a construção de um saber histórico crítico na escola, até que ponto ele induz o aluno a afirmar preconceitos e como pode ajudar a desenvolver as capacidades cognitivas dos educandos.

O uso do livro didático, aqui, não será descartado ou criminalizado. O que se pretende nesta pesquisa, ainda em fase de coleta de dados, é mostrar até que ponto o professor pode se orientar por um currículo inovador e transformador, adequando as informações do livro didático a esse currículo e à realidade do seu aluno, para que este possa se expressar e pensar criticamente a sociedade à sua volta.

Esta proposta está explícita nos Parâmetros Curriculares Nacionais¹ para o Quarto Ciclo do Ensino Fundamental II – 7ª e 8ª séries. Publicados em 1998, os PCN’s para o Ensino Fundamental II concebem a educação como uma prática transformadora da sociedade, trazendo duas questões básicas na sua proposta: a interdisciplinaridade e a transversalidade de temas – os quais devem estar presentes nas discussões de todas as disciplinas.

“Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras”. (MEC/SEF, 1998, pg.09).

De modo geral os PCN’s têm a intenção de construir uma base nacional curricular que sirva de orientação para estados e municípios na construção de suas próprias diretrizes curriculares e, que sirva de apoio ao desenvolvimento da educação nas escolas, da cidadania

¹ Abreviaremos, a partir deste ponto, o termo Parâmetros Curriculares Nacionais para PCN’s.

na sociedade, da reflexão quanto à prática pedagógica e planejamento do processo educativo, bem como à análise e seleção de materiais e recursos didáticos.

Refletindo sobre o currículo, a proposta dos PCN's interfere diretamente na produção, seleção e uso do livro didático escolar, pois a partir de seus fundamentos e objetivos é que os conteúdos escolares e currículos de História devem ser arrançados, adequando-se à realidade escolar e do educando.

Neste sentido, a presente pesquisa pretende colocar este debate no contexto regional analisando como as orientações dos PCN's estão dispostas nos livros didáticos adotados por algumas escolas públicas da cidade de Itabuna – principalmente após terem convivido com o manual didático por mais de dois anos, já que estes foram adotados para o período 2006-2010 – e como os professores de História estão utilizando este material em sala de aula, trazendo para a sua realidade novas práticas e conteúdos.

A proposta de uma base curricular nacional comum para o Ensino Fundamental parte do pressuposto de que a prática educativa possui uma complexidade e que por esse motivo o professor deve ser auxiliado no seu exercício profissional. Além disso, os PCN's pretendem contribuir de forma relevante para que sejam realizadas transformações, que há muito tempo são desejadas, no meio educacional público brasileiro.

Os PCN's não se apresentam como uma imposição, mas sim como uma proposta aberta e flexível, que desde sua publicação – em 1998 no caso dos PCN's para o Fundamental II – visam à implantação gradual destes de forma que cada Estado concretize, juntamente com as escolas, as propostas ali apresentadas, podendo aproveitar o que melhor se encaixe na realidade educacional na qual serão inseridas.

Os PCN's oferecem diretamente propostas de aperfeiçoamento do profissional da educação bem como de sua prática pedagógica. Concomitante a isso, eles projetam o aluno como parte do processo de ensino-aprendizagem, que para a área de História enriquece a construção do saber escolar histórico e torna o aluno um agente de observação, interpretação e transformação do meio no qual se insere.

A proposta para o Quarto Ciclo do Ensino Fundamental dentro dos PCN's se apresenta em duas partes: na primeira verificamos a presença de algumas concepções curriculares para área de História, uma caracterização do saber histórico escolar, a apresentação dos objetivos da área para o Ensino Fundamental e a articulação que a disciplina deve ter/fazer com os temas transversais.

Num segundo momento do documento são apresentadas propostas de ensino e aprendizagem para as séries finais do Ensino Fundamental, objetivos, conteúdos e avaliações dos ciclos bem como orientações didáticas para uso em sala de aula e para a utilização específica do professor, visando assim seu aprimoramento na formação.

O Documento nacional toca no cerne que diz respeito ao material didático a ser adotado bem como na ação de como estes conteúdos devem ser apresentados ao aluno e ao professor. Desta forma podemos perceber a preocupação com uma transmissão crítica dos temas em sala de aula e nos livros didáticos, pois a forma de trabalhar do professor é que vai delimitar ou ampliar o que está contido no livro de História.

CABRINI (2000) aborda estas questões e em sua obra “Ensino de História: revisão urgente” discute a prática do professor no uso inadequado de materiais – ou no uso de materiais inadequados – como fator relevante para o desinteresse dos educandos pela disciplina e como ponto crucial na disseminação de ideologias e preconceitos em sala de aula. Ou seja, a autora defende uma transmissão de conteúdos em que o professor é mediador do saber e estimula seus alunos a desenvolverem senso crítico histórico dos fatos, além de oferecer propostas de trabalho com outros materiais, como documentação primária e imagens.

A autora de “O livro didático de História no Brasil: a versão fabricada” também debate a questão do livro e do conteúdo nele contido de forma a avaliar o seu uso no espaço escolar. FRANCO (1982), que faz uma análise no segundo grau de escolas públicas sobre o que os professores utilizam para ministrar as suas aulas, percebe o livro didático como um mecanismo presente por conta da falta de tempo ou de recursos, que vão obrigar o professor a limitar sua atuação pelos conteúdos contidos neste.

Além de tudo, a autora destaca o caráter de mercadoria do livro didático – uma questão também levantada por CASSIANO (2004) – que apesar de ser pago pelos alunos – ou pelos seus pais, através dos impostos – não são escolhidos a partir deles ou por eles, mas sim impostos a eles. Essa imposição, segundo a autora, vai determinar uma aproximação ou distanciamento da realidade fazendo com que aluno não se perceba no processo histórico e apenas reproduza ideologias. É a autora também que coloca em debate a necessidade de adequação da linguagem dos livros para a realidade do aluno e particularidades regionais, tema que se apresenta constantemente na proposta dos PCN’s.

CAIMI, et.al. (1999), na construção de suas argumentações da obra “O livro didático e o currículo de História em transição”, discute a disparidade que, muitas vezes, está presente entre o conteúdo contido no livro didático – em muitos casos, ainda mantendo posturas tradicionais e lineares – e o currículo proposto para a disciplina de História nas escolas.

CAIMI, et.al. (1999) também trás em sua obra os motivos mais freqüentes para que o professor supervalorize o livro didático e o torne sua referência principal, são eles: o conteúdo seqüenciado e simplificado; apresentação de sugestões para planejamento; facilidade de manuseio; nele podem ser encontrados outros instrumentos didáticos de forma simplificada; e o excesso de carga horária de trabalho. Mais, uma vez o livro aparece não como aliado, mas como uma opção prática e simplificada.

As políticas públicas voltadas para o livro didático estão diretamente relacionadas com o período do estado Novo, que foi o momento crucial de se pensar o livro como “lugar privilegiado na formação da nacionalidade” (MIRANDE & DE LUCA, 2004, pg. 124-5). No momento atual da educação se fala muito em afirmação da identidade nacional, valorização das culturas locais, aceitação das diferenças e peculiaridades no outro e inserção da realidade do aluno no processo de ensino-aprendizagem. Ou seja, o livro assumiu novas funções diante do cenário educacional da atualidade.

O livro didático é tão importante no processo de ensino e aprendizagem que existe um Grupo de Trabalho e Discussão coordenado pelo Professor Kazumi Munakata na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) e na internet. MUNAKATA (2004) inclusive é autor de diversos escritos que tratam da temática dos livros didáticos, como por exemplo, o artigo “Dois manuais de história para professores: histórias de sua produção”, o qual faz um breve histórico do processo de implantação e construção do livro didático no Brasil a partir de 1952, ano em que se realizou a “Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino” (CALDEME).

Com tantos papéis assumidos ao longo da história o livro didático deve ser tratado em seus aspectos materiais – que estão diretamente ligados às leis de mercado – pois estes interferem diretamente em seus aspectos educacionais – que implicam no currículo e conteúdos de História. É necessário perceber os papéis que o livro alcança – sociais, culturais e educacionais – para dimensionar seu impacto na formação dos cidadãos que já convivem na sociedade.

Percebendo o livro como parte do universo da cultura escolar será mais fácil compreender as práticas escolares ligadas ao seu uso, além disso, no contexto regional a

análise da aplicabilidade, na rede pública, da proposta dos eixos temáticos dos PCN's, se faz necessária, pois vai ajudar a perceber em que medida os professores compreendem e aplicam os conteúdos, currículos e materiais indicados nestes documentos para a área de História.

A PESQUISA

A problemática é instigante para o contexto regional, pois não há maiores aprofundamentos das discussões em torno do tema para a área de História e, além disso, trás à tona uma investigação crítica do que realmente está sendo ensinado em sala de aula depois da proposta curricular nacional dos PCN's, que sugeriu melhorias estruturais (físicas e pedagógicas) para as escolas.

No contexto das produções voltadas para a educação na área de Licenciatura em História na região, pouco se discutiu, até hoje sobre as políticas públicas voltadas para o livro didático de História, que será uma ferramenta presente e constante, se não fundamental, para os historiadores/educadores que estão se formando na região.

Por conta dos PCN's trazerem uma proposta curricular nacional para o ensino público geral o alvo desta pesquisa são as escolas públicas da cidade de Itabuna, o que amplia "o leque" de opções para a pesquisa em campo e discute o ensino numa esfera que, apesar de ser paga por todos os cidadãos, ainda não oferece condições plenas de qualidade.

Para realizar este trabalho se faz necessário a pesquisa em campo de cinco unidades escolares da cidade de Itabuna, que foram selecionadas após visitas técnicas em cada uma. São elas: o Colégio Estadual Josué Brandão, o Colégio Estadual de Itabuna, o Centro Integrado Oscar Marinho Falcão, o Colégio Polivalente de Itabuna e o Colégio Sesquicentenário (CISO).

Nas escolas serão selecionados – de acordo com a disponibilidade de cada um – os professores da área de História que lecionem nas últimas séries do Fundamental II – 7ª e 8ª – ou seja, o Quarto Ciclo, pois eles serão parte integrante da análise dos objetivos desta pesquisa, que percebe a prática pedagógica do professor de História como fundamental para desenvolver o senso crítico do educando. Os livros adotados pelas escolas serão analisados baseados em alguns aspectos, tópicos e questões que surgiram com as leituras de referência e de acordo com a necessidade do tema proposto.

Em suma, o que se pretende com esta pesquisa é chamar a atenção dos professores de História que atuam na rede pública – e os futuros professores que estão se formando – sobre a importância de se conhecer as políticas públicas voltadas para a educação, em específico para a disciplina histórica, pois são estas referências que irão direcionar uma prática mais adequada à realidade escolar em que se atua e que contribuirão para a construção e prática de um “currículo real” da disciplina na sala de aula.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. São Paulo: FEUSP, Tese de Doutorado, 1993.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Documento introdutório**. Brasília: MEC/SEF, 1996.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: História**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CABRINI, Conceição. et. al. **Ensino de História: revisão urgente**. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUC, 2000.

CAIMI, Flávia Eloísa Caimi. O livro didático: algumas questões. In: DIEHL, Astor Antônio. (Org.). **O Livro didático e o currículo de história em transição**. Passo Fundo: Edupf, 1999.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares**. In: <http://www.scielo.br/pdf/his/v23n1-2/a03v2312.pdf>. Acesso em: 03 de junho de 2009.

CORRÊA, Rosa Lyda Teixeira. **O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação**. In: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n52/a02v2052.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2009.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. São Paulo: Cortez, 1991.

FERNANDES, Antônia Terra de Calazans. **Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas**. In: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a11v30n3.pdf>. Acesso em: 03 de junho de 2009.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **O livro didático de História no Brasil: a versão fabricada**. São Paulo: Global, 1982.

FRANÇA, Júnia Lessa. VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normatização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

FREITAG, Bárbara. **“O livro didático em questão”**. São Paulo: Cortez, 1989.

LOPREATO, Christina da Silva. (Org.). **O livro didático em discussão**. vol.2. ano II. Uberlândia: LEAH, 1995.

MARTINO, Vânia Fátima. *O ensino de História nas séries iniciais do Ensino Fundamental: um estudo dos eixos temáticos*. In: **Revista Urutágua**. nº. 18. 2009. pg.20-28.

MIRANDA, Sônia Regina. LUCA, Tânia Regina de. **O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD**. In: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a06v24n48.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2009.

MUNAKATA, Kazumi. **Dois manuais de história para professores: histórias de sua produção**. In: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a10v30n3.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2009.

VIEIRA, Maria do Pilar Araújo. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. KHOURY, Yara Maria Aun. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1989.